



Instituto da Mobilidade
e dos Transportes Terrestres, I.P.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

AVISO

Nos termos do disposto no artigo 50.º da Lei n.º 12 -A/2008 de 27 de Fevereiro, faz -se público que, por deliberação de 29 de Outubro de 2009 do Conselho Directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P., no âmbito da competência própria, se encontra aberto o procedimento concursal comum para a contratação de dois técnicos superiores, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado.

Este procedimento rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, Lei n.º 59/2008 de 11 de Setembro e Portaria n.º 83 -A/2009 de 22 de Janeiro.

Considerada a dispensa temporária da obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, até à publicação de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, não foi efectuada a consulta prevista no artigo 4.º da Portaria n.º 83 -A/2009 de 22 de Janeiro,

1 — Identificação do acto — A abertura de Procedimento Concursal Comum para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior.

2 — Modalidade da Relação Jurídica — Contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

3 — Prazo de validade — O presente procedimento concursal é válido para ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final do presente procedimento (reserva de recrutamento interna).

4 — Local de Trabalho — Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, IP/ Direcção de Serviços de Planeamento e Atendimento – Avenida das Forças Armadas, nº 40, 1649-022 Lisboa

5 — Caracterização do Posto de Trabalho — Exercício de funções com grau de complexidade 3, designadamente:

- Colaborar na elaboração da estratégia de implementação dos Serviços *Online* do IMTT e Plataforma Integrada de Atendimento, bem como dos Planos de Acção específicos dela resultantes, analisando os processos de trabalho nas

diferentes áreas de negócio e avaliando impactos organizacionais e tecnológicos decorrentes da sua implementação;

- Colaborar na Aquisição de serviços externos de consultoria nas áreas de Serviços *Online*, Plataforma Integrada de Atendimento e Sistemas de Atendimento Telefónico (Call Center / Contact Center), especificando requisitos, procedimentos de aquisição e efectuando o controlo da execução dos contratos;
- Colaborar na concepção e planeamento de projectos de implementação de Serviços *Online*, e Plataforma Integrada de Atendimento, analisando a definição dos projectos e os requisitos dos serviços a implementar em articulação com os serviços operacionais;
- Colaborar na gestão de projectos de desenvolvimento de Serviços *Online* e Plataforma Integrada de Atendimento, assegurando a especificação de requisitos, elaboração de Caderno de Encargos, procedimento de aquisição e controlo da execução dos contratos;
- Colaborar na coordenação e administração do Portal Integrado de Serviços *Online* e do respectivo *Back Office* de serviços electrónicos, gerando e analisando dados estatísticos de utilização e informação para gestão.

6 – Perfil

Pretende-se:

- Competência em gestão de projectos e de contratos;
- Capacidade de coordenação de equipas;
- Elevado nível de motivação pessoal e apetência para a participação em novos projectos nas áreas de concepção e desenvolvimento de serviços electrónicos;
- Grande versatilidade e polivalência;
- Iniciativa e capacidade de planeamento e organização;
- Elevada capacidade de relacionamento interpessoal e de trabalho em equipa.

7 — Requisitos Gerais de Admissão:

- a) Ter 18 anos completos;
- b) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;
- c) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções
- d) Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8 — Requisito de Vínculo – É obrigatória a existência de uma relação jurídica de emprego público, podendo ser opositores:

8.1. Trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, que se encontrem em qualquer das seguintes situações:

8.1.1 — Trabalhadores integrados na mesma carreira, a cumprir ou a executar diferente atribuição, competência ou actividade, do IMTT, I.P.;

8.1.2 — Trabalhadores integrados na mesma carreira, a cumprir ou a executar qualquer atribuição, competência ou actividade, de outro órgão ou serviço ou que se encontrem em situação de mobilidade especial;

8.1.3 — Trabalhadores integrados em outras carreiras;

8.1.4 — Trabalhadores que exerçam os respectivos cargos em comissão de serviço.

9 — Habilitações académicas exigidas — uma das seguintes Licenciaturas:

Engenharia Informática;

Engenharia de Sistemas e Computadores;

Engenharia Electrotécnica;

Informática;

Informática de Gestão.

9.1 — Não é permitida a substituição das habilitações exigidas por formação ou experiência profissional.

10 — Elementos curriculares relevantes:

- Bons conhecimentos de informática;
- Experiência comprovada na concepção e implementação de Portal de serviços electrónicos, nomeadamente em termos da caracterização dos serviços e na análise de processos;
- Experiência em gestão de conteúdos Intranet e Internet;

É condição preferencial ter conhecimentos nas áreas de negócio do IMTT (transportes, habilitação de condutores e licenciamento de veículos).

11 — Posicionamento remuneratório — Tendo em conta o preceituado no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento dos trabalhadores recrutados numa das posições remuneratórias da carreira é objecto de negociação com a entidade empregadora pública (IMTT, I.P.), que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

12 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira e categoria de técnico superior em regime de emprego público por tempo indeterminado, e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal deste Instituto, idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o presente procedimento.

13 — Forma e prazo de apresentação de Candidaturas:

13.1 — A apresentação da candidatura deverá ser efectuada através do Formulário aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 17 de Março, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado do Diário da República n.º 89, II série, de 8 de Maio, disponível na

página electrónica do IMTT, IP., em www.imtt.pt, e ser entregue no prazo de 10 dias úteis contados da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

E deve ser acompanhada da seguinte documentação:

- a) Curriculum vitae detalhado e devidamente assinado;
- b) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais;
- c) Documentos comprovativos da formação profissional;
- d) Declaração emitida pelo organismo de origem na qual conste a identificação da carreira, natureza da relação jurídica de emprego, respectiva antiguidade e avaliação de desempenho relativa aos últimos três anos, se o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou actividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar;
- e) Fotocópia do bilhete de identidade e do cartão do contribuinte ou do cartão de cidadão.

13.2 — Local — As candidaturas poderão ser entregues pessoalmente na Direcção de Serviços de Apoio à Gestão / Secção de Expediente Geral, das 9 horas às 12 horas e 30 e das 14 horas às 17 horas, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção expedido até ao termo do prazo fixado para Av.ª das Forças Armadas, n.º 40, 1649-022 Lisboa, indicando no sobrescrito, obrigatoriamente e de forma visível, o n.º do presente procedimento de selecção.

14 — Métodos de Selecção e Critérios Gerais:

14.1 — Excepto quando afastados, por escrito, pelos candidatos que, cumulativamente, sejam titulares da categoria e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de mobilidade especial, se tenham por último encontrado, a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou actividade caracterizadoras dos postos de trabalho para cuja ocupação o procedimento foi publicitado, os métodos de selecção a utilizar no recrutamento são os seguintes:

- a) Avaliação curricular incidente especialmente sobre as funções que têm desempenhado na categoria e no cumprimento ou execução da atribuição, competência ou actividade em causa e o nível de desempenho nelas alcançado; e
- b) Entrevista de avaliação das competências exigíveis ao exercício da função.

14.2 — Nos restantes casos e aos excepcionados no n.º anterior, os métodos de selecção a utilizar no recrutamento são os seguintes:

- a) Provas de conhecimentos; e
- b) Avaliação psicológica.

14.3 — Entrevista profissional de selecção — A aplicar aos candidatos apurados nos métodos de selecção imediatamente anteriores.

14.4 — Caso sejam admitidos candidatos em número igual ou superior a 100, a utilização dos métodos de selecção será faseada da seguinte forma:

- a) Aplicação, num primeiro momento, à totalidade dos candidatos, apenas do primeiro método obrigatório;
- b) Aplicação dos segundo e terceiro métodos a parte dos candidatos aprovados no método imediatamente anterior, a convocar por tranches sucessivas, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídico-funcional, até à satisfação das necessidades;
- c) Dispensa de aplicação do segundo ou do terceiro métodos aos restantes candidatos, que se consideram excluídos, quando os candidatos aprovados nos termos das alíneas anteriores satisfaçam as necessidades que deram origem à publicitação do procedimento concursal e garantam reserva de recrutamento.

14.5 — Ponderação e critérios de valoração

14.5.1 — Avaliação curricular (AC) – Ponderação 40% – Visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada, tipo de funções exercidas e avaliação de desempenho obtida.

14.5.2. — Entrevista de avaliação de competências (EAC) – Ponderação 30% — Visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função, sendo analisados a qualidade da experiência, qualificações e motivações profissionais.

14.5.3 — Prova de conhecimentos (PC) – Ponderação 40% – Visa avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das competências técnicas necessárias ao exercício da função, de forma escrita e de natureza teórica, constituída por 40 questões de escolha múltipla, com 3 a 4 respostas possíveis, admitindo cada questão apenas uma resposta certa, sendo a sua duração de 60 minutos, realizada de forma ininterrupta e aplicada colectivamente, incidindo sobre as seguintes temáticas:

- Orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. - Decreto-Lei 147/2007, de 27 de Abril;
- Estatutos do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P. - Portaria 545/2007, de 30 de Abril;
- Sistema de Gestão da Qualidade (Sistemas de Gestão da Qualidade – Fundamentos e Requisitos - ISO 9000 e Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos ISO 9001);
- Rede Interministerial de Tecnologias de Informação e Comunicação - Resolução de Conselho de Ministros N.º 109/2009, de 2 de Outubro.

É adoptada a escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, sendo cada uma das questões valorada com 0,5 valores.

É permitida consulta da legislação indicada desde que não anotada.

14.5.4 – Avaliação Psicológica (AP) – Ponderação 30% – Visa avaliar se, e em que medida, os candidatos dispõem das restantes competências exigíveis ao exercício da função.

Será efectuada numa única fase, contemplando a análise das aptidões perceptivo-cognitivas, o despiste de traços de personalidade e a avaliação do perfil de competências anteriormente referido.

Os candidatos serão ordenados através dos níveis classificativos Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, que correspondem às classificações 20, 16, 12, 8 e 4 valores, respectivamente.

14.5.5. – Entrevista Profissional de Selecção (EPS) – Ponderação – 30% - Visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a interacção estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal, sendo considerados a capacidade de expressão e fluência verbal, o sentido crítico e clareza de raciocínio, a motivação para o desempenho da função.

14.6 — A aplicação de cada método de selecção tem carácter eliminatório, considerando-se não aprovados os candidatos que nas fases ou métodos de selecção, obtenham classificação inferior a 9,5 valores ou não sejam convocados nos termos do ponto 14.4 do presente anúncio, não lhes sendo aplicado o método seguinte.

14.7 — A falta de comparência dos candidatos a qualquer um dos métodos de selecção equivale à desistência do concurso;

14.8 — A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento é efectuada de acordo com a escala classificativa de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção, e é unitária, ainda que, no mesmo lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de selecção.

14.9 — Em situações de igualdade de valoração, aplica -se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de Janeiro.

15 — O júri é constituído pelos seguintes elementos:

Presidente: Licenciado Jorge Manuel Domingues Branco, Director de Serviços de Processamento e Atendimento.

Vogais Efectivos: Licenciada Isabel Maria Pais de Abreu Filipe da Silveira Botelho, técnica superior, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos, e Licenciada Maria José Esteves Falcão, técnica superior.

Vogais Suplentes: Licenciada Maria Cristina da Silva Delgado, técnica superior e Licenciada Dionisia Ascensão Souto Fonseca Rosado, técnica superior.

16 — Exclusão e notificação dos candidatos - De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º da referida Portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

17 — Os candidatos admitidos serão convocados do dia, hora e local para realização dos métodos de selecção nos termos previstos no artigo 32.º e por uma das formas previstas nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83 -A/2009.

18 — As actas do júri onde constam os critérios de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

19 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, é publicada na 2ª série do Diário da República, afixada em local visível e público das instalações da sede do IMTT, IP, e disponibilizada na sua página electrónica.

20 — O presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no primeiro dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*, na página electrónica do IMTT, I.P. e por extracto, no prazo de três dias úteis contados da mesma data, num jornal de expansão nacional.

26 de Março de 2010

O Presidente do Conselho Directivo

António Crisóstomo Teixeira